

é "pecaminoso" e que não atende sequer ao item alimentação

Lucena denuncia mínimo como golpe ao trabalhador

A decretação dos novos níveis do salário mínimo, fixados em Cr\$ 34.776,00 e Cr\$ 30.600,00, "é um rude, ruinoso, horroroso e pecaminoso golpe contra a Constituição, a sociedade brasileira e, principalmente, contra os trabalhadores". A opinião é do senador Fábio Lucena (PMDB/AM), que classifica o ministro do Planejamento, Delfim Netto, de "primeiro-ministro do Brasil".

Após salientar que o "premier" Delfim Netto age orientado pelo "esquema de poder mandante em nosso país", Fábio Lucena afirmou que os novos índices "não dão sequer para atender ao item alimentação, e não representam nem 50 por cento das necessidades básicas dos trabalhadores. A Constituição garante o direito à habitação, escola, transporte e até mesmo lazer", lembrou o parlamentar amazonense.

Fábio Lucena argumentou que, além dos salários aviltantes, pesa sobre os ombros dos assalariados a vigência do Decreto-Lei 2.012, "que retirou 10 por cento do INPC nos cálculos dos salários e proibiu a negociação direta entre empregados e empregadores".

Nos níveis manipulados pelo "premier" a inflação já ultrapassou os 100%, mas na realidade é bem superior aos índices que aí estão, frisou Fábio Lucena, acrescentando que "os novos salários já estão corroídos pela alta desenfreada do custo de vida".

DEBOCHE

Porto Alegre — "Mais uma vez o governo debocha da situação de miséria que o trabalhador brasileiro padece há

muitos anos estabelecendo este novo índice do salário mínimo, afirmou o senador Pedro Simon, ontem em Porto Alegre. Para o presidente regional do PMDB gaúcho, o reajuste salarial fica longe de atender as necessidades básicas do operariado brasileiro. O senador quer um salário mínimo de Cr\$ 103 mil 962, o mesmo índice defendido pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas, Dieese.

Na verdade, assinalou o senador Pedro Simon, "sem levarmos em conta o desemprego que assola todas as regiões do Brasil e também sem considerarmos o sub-emprego e os trabalhadores que não ganham nem o mínimo, o novo salário de Cr\$ 34 mil 776 "não serve para nada". Descontando-se a contribuição para o INPS, que é de quase Cr\$ 3 mil cruzeiros, o salário ficará em Cr\$ 31 mil 820. Se o chefe da família gastar duas passagens de ônibus por dia, ao preço de Cr\$ 80, em 20 dias gastará mais de 3 mil cruzeiros, reduzindo seu salário para Cr\$ 28 mil 620".

— Se considerarmos — continuou Pedro Simon — que a família do trabalhador é composta de quatro pessoas, incluindo ele, e se cada um dos membros da família, para se alimentar, tome três cafezinhos por dia, seu salário mínimo fica reduzido a Cr\$ 7 mil e 20. E seria com esta quantia que o trabalhador teria que pagar o aluguel, remédios, vestuário, luz, água, escola e higiene, sem nenhum reforço na alimentação diária: o cafezinho".